

Compreendendo a linguagem inclusiva: o que é e para que(m) serve

Priscila Cristina Zambrano¹
Caroline Carnielli Biazolli²

RESUMO:

Neste artigo, tratamos da emergência da linguagem inclusiva (em especial, o uso de “@”, “x” e “e” nas palavras e sentenças) no português brasileiro, com vistas a uma definição coesa de sua natureza, discutindo, para tanto, as correlações entre língua, sociedade e identidade(s). Fundamentamo-nos na visão de língua heterogênea (LABOV, 2008[1972]), constatando que a maneira como os indivíduos percebem a língua e as atitudes que os usuários têm frente ao uso linguístico de outra pessoa podem interferir no percurso dessa língua e que essas percepções podem levar os sujeitos a propagarem discursos preconceituosos, conscientemente ou não. O estudo realizado é de caráter qualitativo (GONSALVES, 2001). Com base em investigações bibliográfica e documental, organizamos um corpus constituído de materiais que versam sobre linguagem inclusiva, oriundos das instâncias jornalística e virtual/digital, com o intuito de verificarmos posicionamentos acerca do tema. Como conclusão, evidenciamos que o debate sobre essas alternativas de adaptação da língua demarca uma afirmação de posicionamento político-ideológico e não, de fato, um problema linguístico. As arguições que se amparam na (hipotética) imutabilidade linguística ou mesmo na destruição da língua portuguesa servem apenas para validar discursos de ódio, discursos machistas e LGBTQIAPN+fóbicos.

PALAVRAS-CHAVE:

Linguagem inclusiva;
Sociedade;
Identidades;
Pesquisa bibliográfica;
Pesquisa documental.

¹ Mestra em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar – São Carlos). Graduada em Licenciatura em Letras (Português/Espanhol) pela mesma instituição. Investiga as percepções subjetivas de falantes em relação à linguagem não binária no português brasileiro, atuando na área da Sociolinguística Variacionista. É integrante do SoLAR (Núcleo de Pesquisas em Sociolinguística de Araraquara). E-mail: pzambrano@estudante.ufscar.br.

² Doutora e Mestra em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP – Araraquara). Graduada em Letras pela mesma instituição. Professora do Departamento de Metodologia de Ensino (DME) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar – São Carlos). Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da UFSCar. Atua, em especial, nas áreas de Sociolinguística (Variacionista e Educacional) e de Ensino e Aprendizagem de Línguas, particularmente de Língua Portuguesa como língua materna. Vice-líder do SoLAR (Núcleo de Pesquisas em Sociolinguística de Araraquara). E-mail: caroline.biazolli@ufscar.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8578-8102>.

1 Introdução

Este artigo versa sobre as razões para a emergência da linguagem inclusiva, em especial no que se refere à utilização de “@”, “x” ou “e” nas palavras e sentenças do português brasileiro, considerando, sobretudo, os fatores extralinguísticos que a impulsionam. Para isso, analisamos argumentos que defendem ou rechaçam o uso dessa linguagem em duas instâncias: i) jornalística e ii) virtual/digital, a partir de revisão bibliográfica e documental sobre o tema.

No que diz respeito à nomenclatura adotada para este estudo, ressaltamos nosso conhecimento quanto à existência de uma profusão terminológica, que reúne diversos rótulos para o mesmo fenômeno, sendo eles: **linguagem inclusiva**, **linguagem não sexista**, **linguagem neutra** e/ou **linguagem não binária**. Compreendemos, também, que possa haver distinção entre esses termos, no caso de se pretender traçar explicações mais específicas, como no fato de (i) representar o maior uso de palavras femininas (por exemplo: **presidenta**; **membra** – **linguagem inclusiva** ou **linguagem não sexista**), (ii) utilizar expressões genéricas (por exemplo: **o pessoal docente**, ao invés de **os professores** – **linguagem inclusiva** ou **linguagem não sexista**), (iii) usar marcadores gráficos (por exemplo: **tod@s**, **todxs**, **todes** – **linguagem inclusiva**, **linguagem neutra** ou **linguagem não binária**), além do emprego de expressões que sejam consideradas menos racistas, xenofóbicas, homofóbicas, capacitistas e preconceituosas de maneira geral (por exemplo: **inveja boa**, ao invés de **inveja branca**; **que roupa sem estilo!**, ao invés de **que roupa de baiano!**; **homossexualidade**, ao invés de **homossexualismo**; e **se fingir de desentendido**, ao invés de **fingir demência** – **linguagem inclusiva**).

Devido ao caráter mais amplo de **linguagem inclusiva**, neste estudo, adotamos esse termo. Para Bagno (2017, p. 232-233, grifo do autor), a linguagem inclusiva representa uma “contestação cultural à tradição do *binário de gênero*, isto é, a conceitualização rígida e dicotômica entre masculino e feminino que se fundamenta exclusivamente em dados biológicos e desconhece as origens eminentemente socioculturais da separação dos sexos”.

Questões como gênero, sexualidade e língua ainda causam bastante desconforto em diversos grupos sociais e dentro dos estudos linguísticos, dado que as provocações *queer* têm se alastrado por diversas áreas do fazer científico (BORBA, 2020). Por um lado, há quem não se sinta representado pelas formas dicotômicas e historicizadas de gênero e, por outro, há quem se sinta intimidado diante do tema e da representatividade de pessoas que fogem à norma pré-estabelecida socialmente sobre identidade e expressão de gênero, sexualidade e comportamento.

Por efeito da heterogeneidade linguística, defrontamo-nos com atitudes de aceitação e de rejeição de determinadas escolhas linguísticas – atitudes essas que

estão intimamente relacionadas à forma como os falantes percebem e avaliam as manifestações do outro. Moreno Fernández (1998) explica a relação indissociável existente entre as atitudes linguísticas e o percurso de uma língua, podendo estas atitudes interferir na língua, além de demonstrar que uma variedade linguística pode ser interpretada como um traço definidor de identidade dos grupos que a utilizam.

Ao compreendermos as diversas possibilidades de uso da língua, evitamos a propagação de discursos preconceituosos³ diante de um cenário suscetível à presença das mais variadas formas. Entender, então, que o processo linguístico ocorre simultaneamente às transformações sociais de uma comunidade sugere que busquemos apreender as correlações existentes entre língua, sociedade e identidade(s).

Salientamos que pesquisas que tratam dos fatos linguísticos interligando-os ao contexto situacional de seus usos, tal como se faz nos estudos sociolinguísticos, estão em constante progressão e são extremamente relevantes, uma vez que suas realizações se dão, inclusive, devido às demandas sociais, que propiciam reflexões sobre questões atuais. Este artigo se articula nessa direção, ao tratar das inter-relações entre língua, sociedade e identidade(s). Investigar a inclusão (e, em contraposição, a exclusão) social por meio dos fatos linguísticos ainda é bastante atual e necessário.

Apresentamos, aqui, parte dos resultados de Zambrano (2022), que, após reunir materiais que tratam da linguagem inclusiva, discorre com detalhes em que medida o fenômeno em análise suscita, de fato, apenas uma questão de natureza linguística, uma vez que o uso da linguagem inclusiva não se limita somente a aspectos da estruturação de determinada língua em foco, mas também a fatores de natureza externa a essa língua que condicionam a sua realização.⁴

Para o desenvolvimento do presente artigo, para além destas palavras introdutórias, organizamos as seções da seguinte maneira: na seção 2, evidenciamos os pressupostos teóricos que embasam este estudo, focalizando, especialmente, questões sobre identidade(s), gênero e língua; na seção 3, descrevemos e analisamos os resultados obtidos – a partir de uma investigação qualitativa (GONSALVES, 2001) –, ao mesmo tempo que compartilhamos as decisões metodológicas que nos levaram às observações realizadas; e, por fim, na seção 4, sintetizamos os resultados tratados nas seções anteriores, manifestando, também, as considerações principais a respeito da discussão proposta.

2 Definindo alguns pressupostos teóricos

³ A diferença de valoração dos usos linguísticos se cria socialmente, por razões políticas, culturais, sociais e não por questões linguísticas (FARACO, 2005).

⁴ A temática da linguagem inclusiva continua a ser discutida, de maneira mais aprofundada e englobando outros aspectos, em Zambrano (2024).

A corrente sociolinguística reconhece a dinamicidade da língua, ou seja, a sua face heterogênea imanente. Essa linha de estudos parte da noção de que as variações e mudanças linguísticas são influenciadas por fatores estruturais e sociais e, nesse sentido, a natureza mutável da língua é um pressuposto fundamental, que conduz e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento linguístico (ALKMIN, 2001).

Os estudos sociolinguísticos, em especial os de orientação variacionista, se desenvolvem baseados em algumas categorizações dos falantes (OUSHIRO, 2019). Essas categorizações podem ser elencadas, por exemplo, em i) sexo e/ou gênero; ii) faixa etária e (iii) nível de escolaridade. Sobre essa primeira, Oushiro (2019) destaca os trabalhos mais recentes, comumente associados à terceira onda da Sociolinguística, que vêm problematizando esses termos e questionando algumas relações sobre/com a identidade dos sujeitos. A respeito disso, a pesquisadora comenta que a terceira onda tende a “um olhar mais atento aos próprios indivíduos e a suas práticas cotidianas” (OUSHIRO, 2019, p.306). Para ela, discutir identidades de gênero seria um bom exemplo dessa tendência, já que as “caixinhas” impostas sobre gênero já não mais condizem, necessariamente, com a forma como a própria pessoa se define ou se identifica (OUSHIRO, 2019).

Se, por um lado, observamos a relação intrínseca entre língua e identidade nos estudos de Labov (2008[1972]), por outro, o processo de aceitação do que vem a ser identidade tem tomado grandes espaços nas discussões linguísticas atuais (FREITAG; SCHWINDT; RABELO, 2020)⁵. Segundo Oushiro (2019), “identidade” vem sendo um assunto de grande interesse à Sociolinguística, e não somente “os modos como os falantes se identificam, mas também como eles identificam outros falantes e de que modo eles o fazem.” (OUSHIRO, 2019, p.315).

Baseando-nos nessas proposições, tomamos como ponto crucial para a compreensão dos debates sobre a linguagem inclusiva as atitudes que os falantes têm frente a esse fenômeno linguístico e as reações que emitem calcados no reconhecimento (ou não) das lutas e movimentos sociais. Assim como todo e qualquer fator envolto na sociedade, a identidade também está sujeita a juízos de valores, a questões de poder e hierarquização (ZAMBRANO, 2022). Uma língua não é bonita ou feia, uma variante não é melhor ou pior que outra; todas essas arguições giram em torno de percepções subjetivas do falante, assim como ocorre com o uso da linguagem inclusiva.

Ao tecermos considerações sobre os usos linguísticos marcados por “@”, “x” e “e” nas palavras e sentenças, inevitavelmente precisamos explorar o pano de fundo sociocultural: as discussões que envolvem identidade de gênero, indivíduos que transitam entre os gêneros e outras similitudes. As reflexões acerca desse fenômeno

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_AdQFP3ssAY. Acesso em: 18 ago. 2023.

têm alcançado linguistas de diversos campos de estudo e que reconhecem a necessidade de se pensar em uma língua que inclua todas as pessoas e suas respectivas identidades, conforme apontado pela linguista Maria Helena de Moura Neves à Folha de São Paulo⁶.

Borba (2020, p. 392) ressalta que os “falantxs transviadx” se envolvem em práticas translinguísticas ao justaporem “(...) registros, estilos, léxicos, gêneros do discurso, sintaxes e variedades que contradizem as expectativas de como, o que, quando, com quem, onde deveriam falar”. Isto é, os usos linguísticos que esses falantes fazem acabam questionando os limites entre o linguístico e o social. Desde a institucionalização da Linguística como ciência no final do século XIX, a mesma “tem sido pautada por binarismos que prometem objetividade explicativa, mas, ao fim e ao cabo, simplificam e planificam a realidade múltipla da relação entre língua e sociedade.” (ZIMMAN *et al.*, 2014 apud BORBA, 2020, p.393).

Tomando como influência os trabalhos de Butler (1997, 2003) sobre a construção discursiva do binarismo normativo de gênero, abriu-se caminho para a abordagem dos estudos de gênero e língua. Borba (2019) retoma a autora ao proferir que “a linguagem opressora não substitui a experiência da violência. Ela performa um tipo próprio de violência” (BUTLER, 1997, p.9 apud BORBA, 2019, p.175). Com isso, o autor indica que o discurso violento disseminado contra pessoas trans/não binárias torna visível a vulnerabilidade linguística que nos constitui – dado que somos seres constituídos na/pela linguagem – e exclui a diversidade de corpos e vivências que não se encaixam no padrão estabelecido sócio-historicamente.

2.1 Identidade(s), gênero e língua

Marcadamente, têm-se estabelecido objeções a normas regulatórias de gênero que insistem em privilegiar determinadas formas linguísticas em detrimento de outras: as contestações a essas normas são respaldadas no reconhecimento de movimentos que desestabilizam parâmetros que priorizam a pureza sistêmica e imutável da língua. Essas dinâmicas de atualização e transformação das normatividades linguísticas, apoiadas em um posicionamento político que destaca a mobilidade das identidade(s) (SILVA, 2014), buscam problematizar a relação teoricamente estável e definida entre aquilo que escrevemos (ou falamos) e aquilo que, de fato, somos.

Livia e Hall (2010, p. 126) enfatizam as percepções de gênero em contato com o uso linguístico: “enquanto o sistema de gênero gramatical em diferentes línguas pode

⁶ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=fbfolha. Acesso em: 25 jul. 2023.

reforçar a visão do mundo inerentemente generificado, o sistema linguístico de gênero também possibilita uma maneira de expressar a relação de alguém com o conceito de gênero”, isto é, enquanto o sistema de gênero gramatical privilegia a bipartição feminino/masculino e estanca outras expressões e identidades de gênero, o sistema linguístico de gênero possibilita que falantes se refiram a si próprios da maneira como lhes convier, inclusive por termos considerados apropriados para o sexo oposto, na tentativa de demonstrar falta de afiliação às normas dominantes (LIVIA; HALL, 2010).

Indo ao encontro dessas proposições, Kilomba (2019) reflete sobre as condições de poder e tolerância na língua implicitadas por critérios político-sociais:

Não posso deixar de escrever (...) para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*. (KILOMBA, 2019, p. 14, grifos da autora)

Não obstante, se quem faz a língua são os falantes, estes mesmos agentes sociais são dotados de poderio e liberdade para atualizar a língua que os serve; como um construto social, ela não é invariável, pode ser pensada, adaptada, discutida e reconsiderada de acordo com as necessidades em voga na sociedade à qual ela se refere.

Com base em Cameron (1992) e Caldas-Coulthard (2007), para Borba e Lopes (2018, p. 250),

Movimentos feministas e LGBTQIA+ têm há décadas se interessado em como a língua pode ser excludente e opressora ao apagar certas vivências pela obrigação do masculino genérico. Tais movimentos veem a língua como um instrumento importante na luta pela liberação e contra opressões e invisibilizações.

Ao longo de toda a história, a supremacia de concepções sociais machistas, religiosas, misóginas e patriarcais fez imperar uma enorme desigualdade entre os gêneros nos mais diversos campos da vida, desde as interações propriamente ditas até a constituição do poder político na sociedade. O decurso histórico nos mostra que o masculino genérico como metonímia da humanidade reflete escancaradamente a institucionalização de gramáticas prescritivas arquitetadas por homens durante os séculos XVII e XVIII, posto que, até então, mulheres não podiam ocupar o espaço da ciência (BORBA; LOPES, 2018).

O que muito se declara quanto à utilização da linguagem inclusiva é uma hipotética desestruturação do sistema linguístico – numa perspectiva científica, todas as manifestações linguísticas são legítimas e previsíveis –, versada a partir de argumentos que velam preconceitos sociais e outros baseados em uma clara não aceitação do processo de transformação da língua.

As propostas de intervenções semióticas – como a utilização do “@” e do “x” na escrita, por exemplo –, além do corrente uso do “e”, que despriorizam escolhas lexicais reconhecidas categoricamente como “feminino” e “masculino”, são alternativas que rompem com a visão essencialista da língua, desordenando sua estabilidade e materializando preocupações e incertezas para além das convenções (bem-comportadas) da expressão linguística. Logo, é legítimo sustentar que a (não) valoração de tais formas pelos usuários da língua é conduta crucial para a inclusão ou a exclusão social e pode ser determinante para o percurso histórico de variações e mudanças linguísticas produzidas numa dada comunidade de fala.

Sobre essas questões, é interessante perceber como a validação da linguagem inclusiva é acolhida e reconhecida em outras línguas e como vem sendo motivo de reflexão no que concerne à língua portuguesa. Kilomba (2019) principia suas declarações e relatos alicerçados em uma discussão que configura todo o histórico racista na conduta humana, seja sobre os gêneros, as atitudes e práticas enraizadas socialmente, as políticas sexuais e políticas de pele, como também sobre e na língua. Em relação a esta última, a autora destaca a criação de uma Introdução inexistente na versão original de seu livro, de 2009, por reconhecer terminologias inglesas que, ao serem traduzidas, revelam profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais, presentes, até hoje, na língua portuguesa. Assim, ela reforça:

Other é um termo neutro em inglês, ausente de gênero. A sua tradução em português permite variar entre dois gêneros – *a/o outra/o*. Embora seja parcialmente satisfatório, pois inclui o gênero feminino e põe-no em primeiro lugar, não deixa de o reduzir à dicotomia feminino/masculino, menina/menino, não permitindo estendê-lo a vários gêneros LGBTQIA+ – *xs Outrxs* –, expondo, mais uma vez, a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa. (KILOMBA, 2019, p. 16, grifos da autora).

É nesse contexto de desconstrução da dicotomia homem/mulher que se instaura a imprescindibilidade da busca por rever e rearticular os usos linguísticos, compreendendo por quem, por que, como e onde são realizados.

3 O que se tem dito sobre o uso de “@”, “x” e “e”? Esse uso é possível?

Para responder às perguntas que intitulam esta seção, Zambrano (2022) fez uma revisão bibliográfica sobre o que estudiosos da língua têm discutido acerca do fenômeno e pesquisou o que a sociedade em geral, com base em jornalistas e usuários da rede *Facebook*, têm apontado sobre esses usos linguísticos. Neste artigo, trazemos

resultados relevantes, dentre todos aqueles obtidos da sociedade em geral, de duas instâncias discursivas consultadas: a Instância I – jornalística e a Instância II – virtual/digital.

A busca de materiais, para a criação do *cópus* aqui examinado, levou em consideração, por um lado, textos que demonstrassem debates sobre a linguagem inclusiva e, por outro, a aplicabilidade (ou não) de seu uso. Os materiais provenientes das duas instâncias delimitadas foram produzidos no período de 2011 a 2020. Optamos por esse recorte temporal em virtude da eclosão de movimentações político-sociais LGBTQIAPN+ nesses anos na sociedade brasileira. Essas ações são atribuídas à terceira onda do movimento homossexual, conforme a periodização de Facchini (2003) e a eclosão dos direitos legais para com a comunidade em pauta (TODXS Consultoria, 2020), os quais dão margem à luta e à defesa de outras questões, em outros âmbitos, como o linguístico, por exemplo.

Consonante a essas questões, Espindola (2017, p. 3, grifos nossos) comenta:

A luta das minorias sexuais converge elementos políticos, como a eliminação de desigualdades, e elementos socioculturais, como a liberdade de vivências identitárias múltiplas. Neste contexto, **os usos e apropriações das tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente da internet, assumem papel fundamental na multiplicação de discursos e significação de novos saberes.** A emergência de um ambiente alternativo para difusão de informações favorece o rompimento com a homogeneização dos modelos de pensamentos possibilitando que os indivíduos encontrem múltiplos sentidos para suas experiências identitárias. **Os novos dispositivos ainda reconfiguram cenários de interação e organização dos grupos minoritários em torno de causas comuns.**

Em outras palavras, as repercussões linguísticas – sejam elas faladas ou escritas – consequentes de movimentos sociais específicos revelam a dinamicidade e a fertilidade do terreno linguístico quanto às modificações sugeridas e seu enorme potencial de propagação, especialmente se pensadas no domínio tecnológico. Diante da constatação da importância dos meios tecnológicos para a disseminação de variados discursos, a seguir, tratamos das veiculações sobre linguagem inclusiva presentes nas instâncias selecionadas.

3.1 Descrição e análise de resultados

A coleta dos materiais foi realizada em textos jornalísticos e em comentários presentes no *Facebook*, especificamente em uma publicação do Grupo LDRV (LANADELRAYVEVO), com a data de 6 de agosto de 2019. O *cópus*, portanto, como já descrito, foi separado em **Instância I – jornalística** e **Instância II – virtual/digital**.

Após o levantamento dos dados obtidos nas duas instâncias, as análises foram submetidas a quatro critérios: (i) à terminologia adotada; (ii) ao conceito atribuído a essa terminologia; (iii) à defesa ou ao ataque de seu uso; e, por último, (iv) se, no material consultado, haveria alguma discussão que versasse sobre o grau de produtividade de uma ou outra marcação (“@”, “x” ou “e”). Esses critérios foram elencados a fim de que, ao término dessas análises, pudéssemos compreender quais são os “xis” da questão referentes à linguagem inclusiva.

Para a coleta e a análise de materiais da Instância I, partimos da totalização das notícias publicadas no Brasil, com base no sistema de busca do *Google*. Utilizamos filtros até chegar a três outras decisões metodológicas: um subrecorte temporal para a coleta das notícias, a escolha de notícias publicadas em canais de veiculação de grande circulação e o acréscimo a essas notícias de outras presentes em um jornal com notável quantidade de publicações sobre linguagem inclusiva. Os quadros abaixo apresentam os dados obtidos.

Quadro 1 – Coleta de dados no Google

Palavra-chave	Linguagem inclusiva	Linguagem não(-)sexista	Linguagem neutra	Gênero neutro	Linguagem não(-)binária
Resultado bruto	32.100	7.140	131.000	119.000	5.510
Total	294.750				

Fonte: Zambrano (2022, p. 50)

Posteriormente, filtramos por: 1) Idioma português brasileiro [Pesquisar páginas em Português]; 2) Período de 2011-2020 [Período personalizado]; 3) Idioma português brasileiro [Português]; e, finalmente, 4) Aba de notícias [Notícias]. Os resultados foram:

Quadro 2 – Coleta de dados, com filtros, no Google

Palavra-chave	Linguagem inclusiva	Linguagem não(-)sexista	Linguagem neutra	Gênero neutro	Linguagem não(-)binária
Resultado bruto	274	13	2.160	1.180	89
Total	3.716				

Fonte: Zambrano (2022, p. 50-51)

Dado o expressivo número de notícias encontradas, mesmo após a aplicação dos filtros, optamos por coletar notícias de agosto de 2020 a dezembro de 2020, explorando a recência dos fatos relacionados ao objeto de investigação e, também,

pautando-nos no período de coleta de dados previsto no estudo. Dessa forma, obtivemos as seguintes informações:

Quadro 3 – Coleta de dados, com subrecorte ago./2020 a dez./2020, no Google

Palavra-chave	Linguagem inclusiva	Linguagem não(-)sexista	Linguagem neutra	Gênero neutro	Linguagem não(-)binária
Resultado bruto	107	0	469	343	36
Total	955				

Fonte: Zambrano (2022, p. 51)

A última etapa da coleta da Instância I foi o estabelecimento de quais veículos jornalísticos seriam mantidos como fonte da extração dos dados. Para isso, foram filtradas notícias de jornais renomados, de grande circulação no país, conforme determinado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no estado de Minas Gerais⁷.

Um outro dado, ainda, chamou a nossa atenção: a quantidade de notícias sobre o assunto em questão publicadas no jornal *Metrópoles*. Devido a isso, ainda que este veículo não figurasse na lista dos jornais de grande circulação, decidimos analisar suas notícias.

Quadro 4 – Seleção final de materiais da Instância I – jornalística

Notícia	Jornal	Título da notícia	Data de publicação	Disponível em ⁸
1	GZH	Nossa língua não é machista; machista é a nossa sociedade	27/11/2020 - 15:00	https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/ claudio-moreno/noticia/2020/11/nossa-lingua-nao-e-machista-machista-e-a-nossa-sociedade-ckiokcpfc000x014lugs3tkna.html
2	O Globo	Linguistas discutem neutralização do gênero gramatical	20/11/2020 - 03:30 / Atualizado em 20/11/2020 - 04:04	https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/linguistas-discutem-neutralizacao-do-genero-gramatical-1-24757293
3	O Globo	Debate sobre linguagem de gênero neutro chega à Alerj e	12/11/2020 - 03:30 / Atualizado em	https://oglobo.globo.com/rio/debate-sobre-linguagem-de-genero-neutro-chega-alerj-deputados-do-

⁷ Jornais brasileiros de maior circulação no país, conforme apontado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.sitraemg.org.br/jornais-brasileiros/>. Último acesso em: 19 de maio de 2023.

⁸ Últimos acessos realizados em 18 jan. 2022.

		deputados do PSL querem projeto que impeça mudança em escolas	12/11/2020 - 07:51	psl-querem-projeto-que-impeca-mudanca-em-escolas 24741401
4	O Globo	Grupo de pais e responsáveis divulga carta de apoio à decisão do Colégio Franco-Brasileiro	13/11/2020 - 21:32 / Atualizado em 13/11/2020 - 21:45	https://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-pais-responsaveis-divulga-carta-de-apoio-decisao-do-colegio-franco-brasileiro 24745519
5	O Globo	A neutralidade já não é mais a mesma	30/11/2020 - 15:00 / Atualizado em 01/12/2020 - 11:51	https://oglobo.globo.com/celina/a-neutralidade-ja-nao-mais-mesma 24773310
6	O Globo	'Garota, mulher, outras' é coro de vozes que impressiona pela originalidade	30/11/2020 - 04:23 / Atualizado em 03/12/2020 - 07:33	https://oglobo.globo.com/cultura/garota-mulher-outras-coro-de-vozes-que-impressiona-pela-originalidade-1 24771969
7	Metrópolis	Escola do Rio adota “linguagem neutra” em vocabulário: “Queridos alunes”	11/11/2020 - 16:32 / Atualizado em 11/11/2020 - 16:37	https://www.metropoles.com/brasil/escola-do-rio-adota-linguagem-neutra-em-vocabulario-querides-alunes
8	Metrópolis	Linguagem neutra vai ganhar visibilidade no Congresso Nacional em 2021	13/12/2020 - 4:43 / Atualizado em 13/12/2020 - 11:44	https://www.metropoles.com/brasil/linguagem-neutra-vai-ganhar-visibilidade-no-congresso-nacional-em-2021
9	Metrópolis	Conheça candidatos LGBTI+ ligados a partidos ou movimentos de direita	28/11/2020 - 4:46 / Atualizado em 29/11/2020 - 0:05	https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2020/conheca-candidatos-lgbti-ligados-a-partidos-ou-movimentos-de-direita

10	Metrópolis	A igreja é fundamental nas eleições, mas a esquerda ainda não entendeu	21/08/2020 - 4:50 / Atualizado em 21/08/2020 - 9:17	https://www.metropoles.com/colunas/anderson-franca/a-igreja-e-fundamental-nas-eleicoes-mas-a-esquerda-ainda-nao-entendeu
11	Metrópolis	Aliados do governo querem avanço da pauta de costumes trancada no Congresso	31/12/2020 - 4:09 / Atualizado em 30/12/2020 - 21:10	https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/aliados-do-governo-querem-avanco-da-pauta-de-costumes-trancada-no-congresso
12	Metrópolis	Nosso racismo é analfabeto – e de direita, esquerda, cristão, feminista...	24/10/2020 - 4:45 / Atualizado em 24/10/2020 - 12:12	https://www.metropoles.com/colunas/anderson-franca/nosso-racismo-e-analfabeto-e-de-direita-esquerda-cristao-feminista

Fonte: Zambrano (2022, p. 51-53)

Os resultados nos mostram que, na instância jornalística, houve uma profusão de textos argumentativos ancorados em posicionamentos políticos e, conseqüentemente, enfáticos em suas escolhas terminológicas e descrições. Dentre todos os termos, “*linguagem neutra*” e “*gênero neutro*” foram os que mais se destacaram nas matérias, ressaltando as informações já pontuadas nos quadros 1, 2 e 3. Algumas veiculações jornalísticas apenas descreviam algum caso ocorrido que remetia à linguagem inclusiva, enquanto outras assumiam uma opinião sobre o debate.

A começar pela notícia do Jornal GZH⁹ (1), o colunista se situa contrariamente ao uso da linguagem inclusiva, assumindo que interferir na língua não predispõe mudança na sociedade. Para isso, tece seus argumentos baseando-se nas afirmações de Câmara Jr., que destaca a forma marcada “-a” para o feminino e a ausência da marcação para o masculino. Ainda assim, declara que “uma língua não é estática e imutável porque necessariamente deve espelhar as tensões e as mudanças sociais do momento”, o que nos leva a registrar certa contradição em sua própria fala, afinal, a linguagem inclusiva não está justamente espelhando um embate social na língua?

A segunda matéria, do Jornal O Globo¹⁰ (2), apresenta dois linguistas debatendo sobre o assunto. Enquanto Bizzocchi se posiciona de maneira contrária ao uso da linguagem inclusiva, afirmando que mudança não se dá por imposição e que a

⁹ Ver quadro 4.

¹⁰ Ver quadro 4.

terminação “-o”, na verdade, é resultado da fusão do masculino e do neutro na evolução fonética do latim, Severo assinala a importância de se ter uma sensibilidade para como a língua tem sido usada no decorrer da história, sendo responsiva a movimentos sociais, culturais e, também, como expressão de identidade – movimento próprio da língua.

Perpassando a questão da linguagem inclusiva, diversas notícias foram publicadas a respeito de seu uso em uma escola do Rio de Janeiro (Liceu Franco Brasileiro), como no caso das notícias 3, 4, 5 (do Jornal O Globo) e 7 (do Jornal Metrôpoles)¹¹. A comoção foi tamanha que reverberou para além dos muros estudantis, chamando a atenção de deputados estaduais conservadores que se opuseram ao ocorrido. Enquanto tais notícias discorrem sobre a circular interna divulgada pela escola, que se dirigia aos estudantes por meio da saudação “Queridos alunes”, em defesa da representatividade da diversidade identitária, deputados a ridicularizam sob a falaciosa premissa de “ideologia de gênero”, “falsidade ideológica” e “destruição da língua portuguesa”. Por vezes, desenvolvem-se discursos de que a linguagem inclusiva “vai contra a ciência” (conforme notícia 9¹², do Jornal Metrôpoles), ignorando qualquer indicador legítimo de variação linguística.

Essa concepção de destruição da língua portuguesa exposta pelos deputados filiados a partidos conservadores (notícias 8 e 11, do Jornal Metrôpoles¹³) remonta à ideia do purismo linguístico, a uma visão de sistema imutável e deslocado das causas sociais. Mais do que isso – e diferentemente dos apontamentos articulados por estudiosos da área –, o discurso que prevalece não é sistemático, mas enviesado por preconceitos: ao tentar proibir instituições de ensino e bancas examinadoras de concursos públicos de utilizarem “o neutro” para se referirem a pessoas que não se identificam com os gêneros masculino e feminino, por exemplo, evidencia-se a intolerância quanto à diversidade sexual e de gênero.

Apesar da linguagem inclusiva esbarrar em alegações inconsistentes e discriminatórias – não é surpresa que o emprego de “@”, “x” ou “e” seja ridicularizado e relegado a condições de escárnio, vide notícias 10 e 12¹⁴ do Jornal Metrôpoles: “Nesses dias, eu estava assistindo “Watchmen”, no Netflix. Nunca sei se é “no” Netflix, ou “na” Netflix. Netflix é maior gênero neutro aí, ó. É “ne” Netflix.” –, notícias como a da publicação do romance “Garota, mulher, outras”, de Bernardine Evaristo, revelam uma grande potencialidade dos debates linguísticos e culturais na atualidade, bem como das possibilidades inesgotáveis da própria língua. Nesse romance, há uma personagem que se identifica como “gênero neutro”, tendo sido sua linguagem

¹¹ Ver quadro 4.

¹² Ver quadro 4.

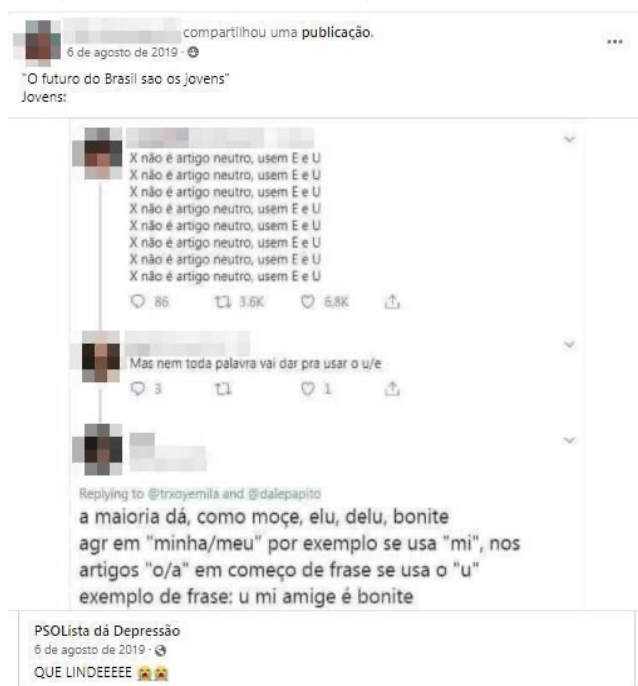
¹³ Ver quadro 4.

¹⁴ Ver quadro 4.

acompanhada da forma não binária como a personagem se vê – cabendo à versão traduzida também dar conta dessa linguagem (notícia 6¹⁵, do Jornal Metrôpoles).

Para a análise da Instância II – virtual/digital, partimos de um post compartilhado no Grupo LDRV, que se descreve como um grupo “de humor com enfoque no público LGBT, que tem como objetivo principal tornar-se uma válvula de escape dos tormentos cotidianos com postagens descontraídas e discussões saudáveis”. Na postagem, são definidas certas preferências de uso linguístico para a veiculação e fluidez da linguagem inclusiva (“X não é artigo neutro, usem E e U”). Diante desse tópico, como apresentado na figura abaixo, um usuário se propôs a fazer um compartilhamento do post no grupo em questão, claramente satirizando o tema apresentado, ao citar “o futuro do Brasil são os jovens” e, logo em seguida, “jovens: [...]”. Essa construção de oração nos leva a perceber o tom implícito de uso adversativo, quando o sujeito infere a segunda oração na intenção de contrapor o primeiro argumento. Ademais, a intencionalidade de um suposto deboche expressa, ainda que sutilmente, uma atitude (negativa) frente à marcação de “e” / “u”.

Figura 1 – Publicação do grupo privado LDRV



Fonte: Zambrano (2022, p. 54)







A decisão sobre analisar esse post em específico se deu devido ao que ele gerou: uma significativa discussão sobre a linguagem inclusiva, somando cerca de 6 mil reações (cf. quadro 5) e 2,7 mil comentários¹⁶. Para fins de investigação, foram

¹⁵ Ver quadro 4.

¹⁶ Último acesso em 25 de agosto de 2021.

observadas as avaliações fornecidas pelos próprios usuários em seus comentários, sendo analisadas 17 “respostas” ao post¹⁷.

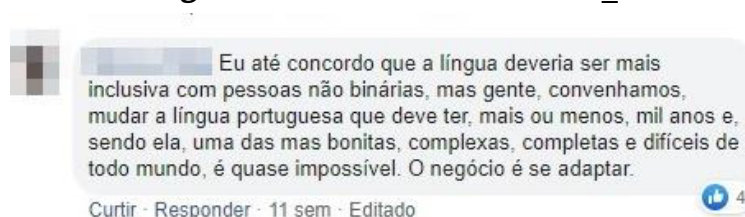
Quadro 5 – Reações ao post-base

Reação	Quantidade	Último acesso em:
	5 mil	25 ago. 2021
	795	25 ago. 2021
	108	25 ago. 2021
	49	25 ago. 2021
	22	25 ago. 2021
	17	25 ago. 2021

Fonte: Zambrano (2022, p. 65)

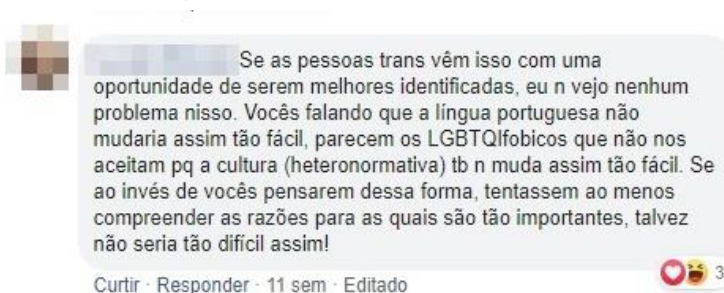
Começamos a análise pelos comentários apresentados nas figuras 2 e 3:

Figura 2 – Comentário de usuário_1



Fonte: Zambrano (2022, p. 66)

Figura 3 – Comentário de usuário_2



Fonte: Zambrano (2022, p. 66)

Na figura 2, vemos um discurso muito recorrente sendo propagado: ao citar “mudar a língua portuguesa que deve ter, mais ou menos, mil anos e, sendo ela uma

¹⁷ Os comentários extraídos para análise foram selecionados aleatoriamente no intuito de demonstrar posicionamentos favoráveis e contrários ao uso da linguagem inclusiva.

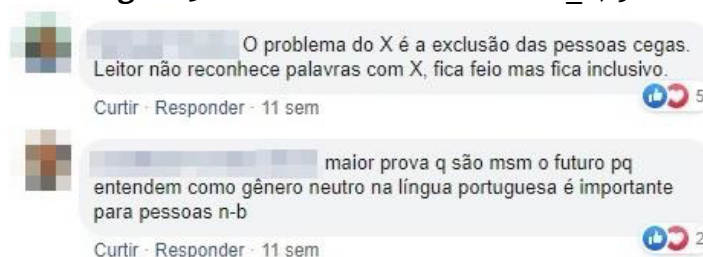
das mais bonitas, complexas, completas e difíceis de todo mundo, é quase impossível”, a usuária reforça a crença em um sistema linguístico imutável. A atitude perante o tema retoma as percepções que os falantes têm da língua: ainda que seja um sistema heterogêneo, que seja suscetível à sobreposição de variantes e integração delas na língua, as modificações muitas vezes passam como um fato imperceptível pelo corpo social.

Na figura 3, o posicionamento já é outro: a avaliação dada pelo falante reforça o caráter político da língua e a visibilidade de integrantes da comunidade LGBTQIAPN+: “você falando que a língua portuguesa não mudaria assim tão fácil, parecem os LGBTQIfóbicos que não nos aceitam porque a cultura (heteronormativa) também não muda assim tão fácil”. Fazendo um paralelo com questões sociais diretamente relacionadas ao comportamento social dos falantes e, logo, linguístico, o usuário avalia comentários contrários ao uso da linguagem inclusiva de maneira negativa, associando-os à cultura tradicional e conservadora, que impede as vivências que transgridam o que já fora estabelecido social, cultural e historicamente.

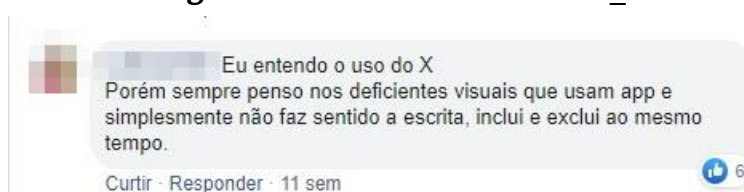
Figura 4 – Comentários de usuários_3, 4, 5, 6, 7



Fonte: Zambrano (2022, p. 67)

Figura 5 – Comentários de usuários_8, 9

Fonte: Zambrano (2022, p. 67)

Figura 6 – Comentário de usuário_10

Fonte: Zambrano (2022, p. 68)

As figuras 4, 5 e 6 trazem à tona outra discussão essencial: a problemática que envolve a admissão da linguagem inclusiva, mas restringe o uso para aqueles portadores de alguma deficiência. Nesse sentido, ainda que a linguagem inclusiva suscite algumas barreiras morfosintáticas e possíveis dificuldades funcionais com aparatos tecnológicos (o que, como sabemos, estão em constante processo de evolução para atender às necessidades humanas), não se deve assumir que pessoas com deficiência são incapazes de aprender algo novo. Considerar isso, além de ser capacitista em certo nível (MELLO, 2016), é também excluir a possibilidade de pessoas desses grupos sociais serem não binárias e/ou fazerem uso dessas marcações, tanto na fala (com o “e”) quanto na escrita (com o “@”, o “x” ou o “e”), vide figura abaixo:

Figura 7 – Comentário de usuário_11

Fonte: Zambrano (2022, p. 69)

A discussão entre os usuários quanto a essa questão contempla, por um lado, discursos que sugerem saídas mais viáveis, como o uso de determinadas vogais para a compreensão de leitura e escrita para portadores de dislexia ou TDAH; e, por outro, a ideia de que deve haver uma equiparação de competência a todas as pessoas: “aliás, eu tenho dislexia e TDAH e aprendi aos poucos. Pois toda língua é mudança” (cf. figura 4).

Figura 8 – Comentário de usuário_12

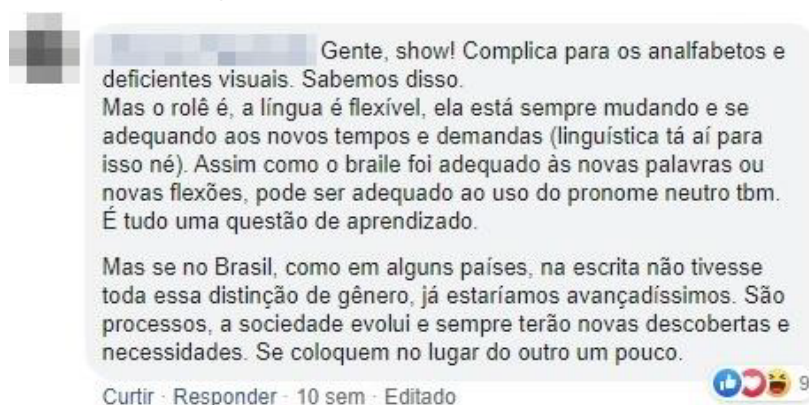


Fonte: Zambrano (2022, p. 69)

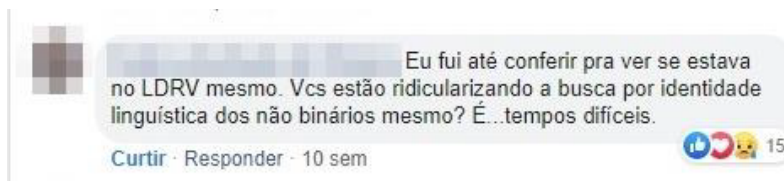
No caso apresentado acima, vemos o que existe de mais presente no senso comum: manifestações que retratam um sentimento de inferioridade em relação à língua falada. Por consequência, notamos a existência de uma crença enraizada no fato de que a língua portuguesa está num nível acima das capacidades dos falantes (LAPERUTA-MARTINS, 2019) e isso se reflete diretamente na avaliação que esses falantes fazem de si enquanto usuários da língua, uma avaliação explicitamente negativa.

Outros usuários, por sua vez, revelam ter um entendimento otimista no que tange à compreensão do que há por trás dos usos de “@”, “x” ou “e” – como destacado nas figuras 9 a 13.

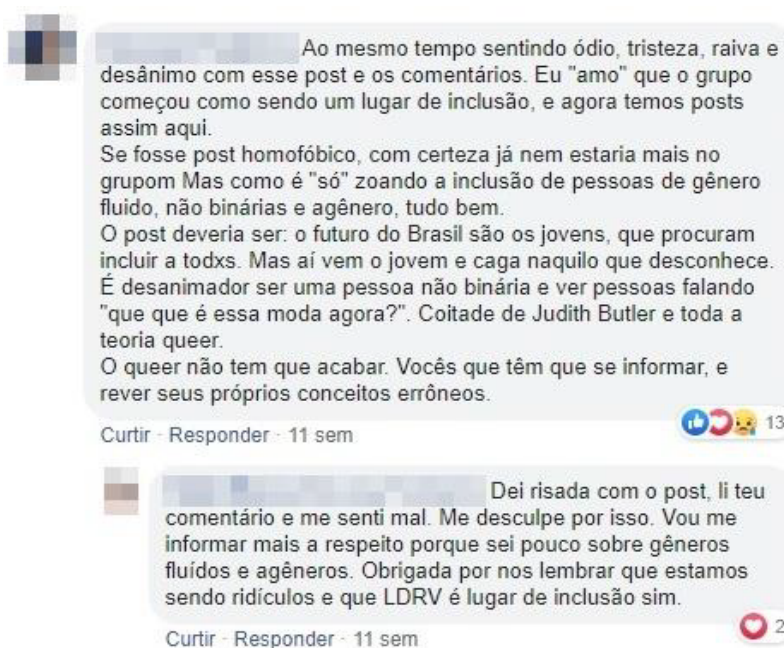
Figura 9 – Comentário de usuário_13



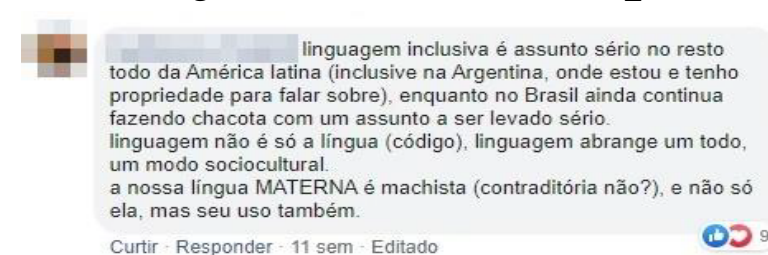
Fonte: Zambrano (2022, p. 70)

Figura 10 – Comentário de usuário_14

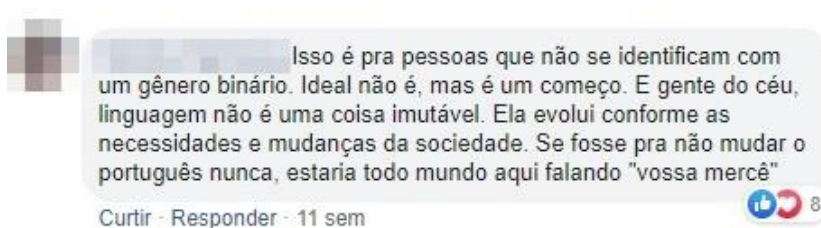
Fonte: Zambrano (2022, p. 70)

Figura 11 – Comentários de usuários_15, 16

Fonte: Zambrano (2022, p. 70)

Figura 12 – Comentário de usuário_17

Fonte: Zambrano (2022, p. 71)

Figura 13 – Comentário de usuário_18

Fonte: Zambrano (2022, p. 71)

As figuras acima demonstram a condição de se respeitar e entender que as mudanças sociais acarretam, por conseguinte, mudanças no entorno linguístico. Observamos, na discussão sobre o emprego do “@”, “x” ou “e”, o destaque ao fato de a língua não se resumir somente ao código linguístico, visto que é condicionada por posições políticas e sociais que reverberam no imaginário linguístico dos falantes e se atrelam aos seus usos. Além disso, ganha espaço, também, a representatividade que esses usos têm às pessoas não binárias.

Os questionamentos sobre a efetividade das mudanças propostas pela linguagem inclusiva esbarram na valoração a ela atribuída pelos falantes e no consequente processo de sua aceitação pela sociedade. Nessa perspectiva, Bagno (2020) comenta que:

Se as soluções atualmente propostas para uma linguagem inclusiva, não-sexista, terão sucesso ou não, tudo depende das dinâmicas sociais. Mulheres, pessoas negras, LGBTQI+, indígenas etc. estivemos sempre em posição subalterna, debaixo do tacão da dominância masculina, branca e (supostamente) heterossexual. Por isso, para muita gente, as propostas de linguagem inclusiva são “aberrações”, “irracionalidades”, “inutilidades” etc. Mas quando um professor de português branco famoso na mídia diz que o certo é “alugam-se salas” e não “aluga-se salas”, todo mundo se prostra e corre para obedecer. Tudo depende, enfim, de quem diz o quê e a quem, do lugar que a pessoa que fala ocupa na ordem do discurso (um conceito que acho mais interessante do que o enxovalhado “lugar de fala”). Se essa pessoa é mulher, negra, indígena, pobre, LGBTQI+ etc., seu lugar nessa ordem não lhe permite lançar propostas que sejam de imediato aceitas por todo mundo. Afinal, não basta ter o que dizer: é preciso poder dizer. (BAGNO, 2020, s/p, online)

A argumentação de Bagno evoca a premissa de que, sendo do interesse dos falantes, é possível moldar a língua às suas necessidades. Tendo em conta esse fato, as variações podem ser oriundas de movimentos que reivindicam direitos, reconhecimento ou qualquer alteração na materialidade linguística. Essas mudanças, conforme expressado pelo linguista, têm mais adesão se originadas pelos acadêmicos, pela elite, por aqueles que detêm poder (intelectual ou econômico) na sociedade; quando condicionadas pelas classes marginalizadas, são condenadas.

A proposta de solidificação da atualização da língua que estima a representatividade de pessoas que se sentem desconfortáveis perante a expressão binária de gênero implica em pensar em alternativas de inclusão, considerando que existe, sim, demanda por uma reflexão linguística e político-social crítica nessa direção. Sobre isso, Cameron (1990 apud BAGNO, 2017, p. 235) destaca:

É preciso apontar que uma mudança na prática linguística não é apenas um reflexo de alguma mudança social mais fundamental: ela é, em si mesma, uma mudança social. Os antifeministas gostam de enfatizar que

a eliminação dos pronomes genéricos masculinos não assegura salário igual. De fato, não assegura – mas quem disse que asseguraria? A eliminação dos pronomes genéricos masculinos elimina precisamente pronomes genéricos masculinos. E, fazendo isso, ela muda o repertório de significados e escolhas sociais à disposição dos atores sociais.

Nessa acepção, há um traço ético que vislumbra a necessidade de mudança de valores sociais machistas, transfóbicos e heteronormativos, constatando que o uso da linguagem inclusiva não se limita somente a uma construção estética, mas urge que se reconheçam e legitimem todas as existências dissonantes da masculinidade hegemônica. O “x” da questão, ou um deles, não é meramente linguístico; o que está em jogo é uma mudança simbólica muito maior.

4 Considerações finais

Neste artigo, buscamos compreender o que é a **linguagem inclusiva**, a partir de considerações tecidas pelo viés da Sociolinguística, discorrendo sobre seu uso, tanto na escrita – como o emprego de intervenções semióticas (uso de “@”) e do “x” – quanto na fala, com base na viabilidade do emprego do “e”. Para isso, observamos essas manifestações em instâncias discursivas distintas, a partir do trabalho de Zambrano (2022), com o intuito de organizarmos uma gama coesa de dados, salientando impressões dos mais diversos usuários da língua.

Decorrente da Instância I, percebemos que há uma grande variabilidade de discussões trazidas pelas notícias selecionadas, desde debate entre linguistas, até enfoque em situações cotidianas envolvendo o uso da linguagem inclusiva. Nesse âmbito, há certo predomínio de jornalistas/colunistas e políticos que rejeitam o uso, amparando-se, muitas vezes, em falas sarcásticas e escárnio. Por outro lado, encontramos, também, notícia que informa sobre a publicação de um romance em que há uma personagem que se identifica como “gênero neutro”, o qual teve a tradução linguística acompanhando a identidade descrita.

Na Instância II, foi analisado um post do grupo LDRV que proporcionou vários comentários sobre o tema em foco. Tais alegações abordam questões pontuais como a subjetividade dos falantes ao avaliarem o outro, a comunidade LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência.

A partir desses apontamentos, notamos que, como toda e qualquer transformação, há um momento inicial de estranhamento e recusa quanto às mudanças de circunstâncias pré-estabelecidas e, na língua, isso também acontece. A mudança, entretanto, é o carro-chefe de qualquer idioma: a história nos mostra que determinadas variantes foram sendo incorporadas à língua e se tornaram tão legítimas quanto qualquer outra forma de expressão já consolidada. O que podemos perceber a partir das análises e reflexões realizadas neste estudo é que a defesa da gramática

normativa e do purismo linguístico muito se associa a uma visão inexorável da língua e à pouca (ou quase nenhuma) aceitação de mudanças disruptivas.

Como já trazido aqui, segundo Bagno (2020, s/p, online), “tudo depende, enfim, de quem diz o que e a quem, do lugar que a pessoa que fala ocupa na ordem do discurso”. Os pontos principais quanto à linguagem inclusiva, então, não são a suposta rasura no sistema linguístico, a proteção da língua portuguesa, muito menos a aparente preocupação a médio-longo prazo com as questões históricas da mesma. O ponto principal se refere à forma como a língua é interpretada pelos seus usuários, à diversidade de uso intrinsecamente relacionada à identidade dos sujeitos. É político. Ideológico. Particular. Observamos, com isso, arguições que se amparam na (hipotética) imutabilidade linguística para validar discursos de ódio, discursos machistas e LGBTQIAPN+fóbicos; ao negar ou atacar a linguagem inclusiva, ataca-se, na verdade, aqueles que a pleiteiam. Apaga-se sua existência.

Propor adaptações na língua não significa propor uma neutralidade. Partimos do pressuposto de que não existe neutralidade na língua, nem no indivíduo (FREITAG, 2024). Por essa razão, também, assumimos o termo **linguagem inclusiva** neste trabalho. Ao utilizarmos termos como “**meninx**”, “**menin@**” ou “**menine**”, estamos assumindo uma posição, que é a de questionar os limites do sistema linguístico, atualmente reconhecido como binário, que não reflete as ramificações do espectro de gênero. Quando se propõe a discussão desse tema, não há um pedido impositivo para que se retire o masculino ou o feminino da gramática, mas, sim, para que haja a inclusão de uma outra forma, sem marcação de gênero, para pessoas que não se identificam com os pronomes tradicionais, podendo ser utilizada por pessoas não binárias, transexuais, ou simplesmente em contextos em que o gênero de determinada pessoa não é relevante.

Cabe aos linguistas, portanto, explorar todo o espectro do fenômeno e procurar compreendê-lo para além do fator sistêmico, uma vez que abordagens pautadas somente nessa perspectiva restringem observações que seriam mais frutíferas e importantes se amparadas no limiar social da língua.

Por fim, resta lembrar que este artigo detalha apenas um recorte de uma pesquisa ainda maior sobre o tema (ZAMBRANO, 2020; 2022). Ainda assim, a pesquisa de origem teve suas limitações, como (e principalmente) a escolha de determinadas instâncias discursivas para a análise – o que, portanto, deixou de fora outros meios e plataformas que retomam a discussão sobre a linguagem inclusiva – e o intervalo de tempo determinado para a coleta dos dados do trabalho, que, por ter sido restrito, pode ter ocasionado, por uma decisão metodológica, a não inclusão de outras produções relevantes ao estudo. Fatores como esses podem ser revistos e reaplicados a outros contextos, em pesquisas futuras.

Referências

ALKMIN, T. M. Sociolinguística - Parte I. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à linguística** - domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 22-47.

BAGNO, M. Me pediram exemplos, aqui vão alguns. Brasília, 26 de set. 2020. Facebook: araujobagno. Disponível em: https://ptbr.facebook.com/araujobagno/posts/3437668349660877?__tn__=H-R. Acesso em: 18 mai. 2023.

BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BORBA, R. Falantxs transviadx: linguística queer e performatividades monstruosas. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 389-409, 2020.

BORBA, R. Peles trans, máscaras cis: transfobia, patologização e táticas de resistência. In.: LOPES, A. C.; FACINA, A.; SILVA, D. N. (org.), **Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem**. Rio de Janeiro e Florianópolis: Mórula Editorial e Editora Insular, 2019. p. 171-205.

BORBA, R.; LOPES, A. Escrituras de gênero e políticas de différance: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, n. esp., p. 241-285, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. Nova York: Routledge, 1997.

CAMERON, D. **Feminism and linguistic theory**. London: Palgrave, 1992.

CALDAS-COULTHARD, C. R. Caro Colega: exclusão linguística e invisibilidade. **Discurso y Sociedad**, v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007.

ESPINDOLA, C. B. Movimentos sociais em movimento: o ativismo LGBT das margens às redes. In: **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, Edição 2017. 8 a 10 de novembro de 2017 - Santa Maria / RS. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/3-2.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <file:///D:/Downloads/2510-Texto%20do%20artigo-6764-1-10-20161122.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FREITAG, R. M. K. **Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

FREITAG, R. M. K.; SCHWINDT, L. C.; RABELO, A. P. **Língua, gramática, gênero e inclusão**. Abralin ao Vivo - Linguists Online. 14 jul. 2020. 1 vídeo (2:50:05). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_AdQFP3ssAY. Acesso em: 12 jul. 2024.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2001.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].

LAPERUTA-MARTINS, M. Projetos de impacto sobre a pesquisa em crenças e atitudes linguísticas. In: RAZKY, A.; GUSMÃO, E. (org.). **Pesquisas em crenças e atitudes linguísticas**. Araraquara: Ed. Letraria, p.197-227, 2019.

LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!”: a volta de performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). **Linguagem, gênero, sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 109-127.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Editora ABRASCO Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

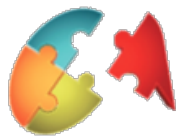
OUSHIRO, L. Conceitos de identidade e métodos para seu estudo na sociolinguística. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 63, p. 304-325, 2019.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva de estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

TODXS CONSULTORIA, **Linha do Tempo**. In: Kit Diversidade para empresas. 2020. Disponível em: <https://medium.com/todxs/tagged/todxs-consultoria>. Acesso em: 30 mai. 2023.

ZAMBRANO, P. C. **“Olá a todes!”**: uma análise de percepções subjetivas sobre usos linguísticos não binários. 2024. 153f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

ZAMBRANO, P. C. **Linguagem inclusiva em destaque**: pesquisa, análise e divulgação dos xis da questão. 2022. 127f. TCC (Graduação em Letras Português/Espanhol) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.



Understanding inclusive language: what it is and what (who) it is for

ABSTRACT:

In this article, we deal with the emergence of inclusive language (in particular, the use of “@”, “x” and “e” in words and sentences) in Brazilian Portuguese, with a view to a cohesive definition of its nature, discussing, to this end, the correlations between language, society and identity(ies). We are based on the view of a heterogeneous language (LABOV, 2008[1972]), noting that the way in which individuals perceive the language and the attitudes that users have towards the linguistic use of another person can interfere in the course of that language and that these Perceptions can lead individuals to propagate prejudiced speeches, consciously or not. The study carried out is qualitative in nature (GONSALVES, 2001). Based on bibliographical and documentary investigations, we organized a *corpus* made up of materials that deal with inclusive language, originating from journalistic and virtual/digital instances, with the aim of verifying positions regarding the theme. In conclusion, we demonstrate that the debate on these alternatives for adapting the language marks an affirmation of political-ideological positioning and not, in fact, a linguistic problem. The arguments that are based on (hypothetical) linguistic immutability or even the destruction of the Portuguese language only serve to validate hate speech, sexist and LGBTQIAPN+phobic speech.

KEYWORDS:

Inclusive language;
Society;
Identities;
Bibliographic research;
Documentary research.